

Apresentação

Prof. Dr. Yllan de Mattos*

* Professor Adjunto no Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus de Seropédica, e investigador do INCT Proprietas. Possui licenciatura e bacharelado em História pela Universidade Gama Filho (2004), pós-graduação (*lato sensu*) em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense (2006), mestrado em História Social, setor temático de História Moderna, na Universidade Federal Fluminense (2009), e doutorado em História Moderna na Universidade Federal Fluminense (2013).

Em 1763, a Inquisição portuguesa empreendeu sua derradeira e mais enigmática visitação ao mundo colonial: enviou o padre Giraldo José de Abranches ao Grão-Pará, nomeando-o simultaneamente visitador do Santo Ofício e vigário capitular do bispado. A última visitação do Santo Ofício à América portuguesa intrigou historiadores, por ter sido extemporânea em relação àquelas realizadas entre 1591 e 1628, ainda no tempo dos Filipes (1580-1640), e pelo desconhecimento de sua existência até a descoberta de José Roberto do Amaral Lapa em 1963 – exatos duzentos anos depois da instalação da mesa em Belém. O historiador a chamou, por isso, de a “visita oculta” na edição que veio ao prelo em 1978, ressaltando a “questão das questões”: sem fazer isso há mais de século, por que o Tribunal de Lisboa enviou um inquisidor para visitar todas as capitanias do norte da América portuguesa? De lá para cá, muita tinta fora lançada ao papel para explicá-la e toda a ação de Abranches teve de ser medir com os objetivos metropolitanos para administração do bispado de Belém.

Sob o comando de Giraldo de Abranches, a visitação não sentenciou ninguém à fogueira. Não apenas pelo fato de que a pena já não fosse mais aplicada, mas porque os objetivos do Tribunal e, sobretudo da visitação, eram outros. Condenou-se mais por feitiçaria do que qualquer outro delito, com o detalhe que a maior parte dos casos eram práticas mágico-religiosas para fins amorosos e rituais de cura e boa parte deles praticados por indígenas. Dos quatro réus condenados a abjurar a veemente presunção de andarem apartados da fé, o viúvo cristão-velho Manoel Pacheco Madureira e o indígena Alberto Monteiro foram absolvidos ad cautelam do crime de feitiçaria, enquanto o escravizado Francisco da Costa Xavier foi condenado ao degredo para as galés por dez anos, açoite público e instrução na fé católica e



penitências espirituais. A indígena Joana Maria também foi condenada a ser açoitada pelas ruas públicas da cidade *citra sanguinis effusionem* e degredada por 10 anos para a casa da correção. Por ter ido à mesa confessar suas culpas, o indígena Inácio Pires Pereira gozou do benefício da misericórdia, abjurando na forma de declaração e comprometendo-se a não mais cometer as invocações diabólicas que contou praticar. Ao seu processo, foram apensados certificados de confissão e boa conduta dados pelos vigários das vilas de Boim e de Pinhel. Todos os outros réus foram, no máximo, admoestados – o que demonstra o quão singular foi a visitação.

Por fim, é importante destacar que essa visitação integrou uma complexa rede de tribunais religiosos que atuavam na Amazônia colonial. A atuação de Abranches permitiu uma articulação entre a estrutura inquisitorial e a administração diocesana local. Ambas disputavam sua atenção e esforços: enquanto a administração eclesiástica exigia dedicação à burocracia do bispado, à atividade pastoral e à jurisdição religiosa, a visitação inquisitorial impunha a escuta de denúncias, interrogatórios, abertura de processos e emissão de sentenças — com os casos mais graves sendo remetidos a Lisboa. As dificuldades enfrentadas no funcionamento da mesa do Santo Ofício refletiam, em grande parte, as tensões e sobreposições de funções com a administração do bispado. No fim das contas, ambas as frentes deveriam estar alinhadas aos objetivos reformistas e centralizadores do projeto pombalino para a Amazônia.

Para o presente Dossiê, intitulado “Os Tribunais Religiosos na Amazônia Colonial”, duas contribuições são fundamentais para o debate. A primeira delas, intitulada *‘Tem dado a maior prova de seu préstimo por ter sido secretário da visita’: a trajetória do Pe. Inácio José Pestana (1717-1784)*, é de autoria do prof. Dr. João Antonio Fonseca Lacerda Lima. O trabalho aborda a trajetória do padre Inácio José Pestana, nascido em Belém e formado em São Luís, que atuou como Capelão do Regimento de Macapá, Reitor do Seminário de Belém e escrivão da Visitação da Inquisição na Amazônia. A pesquisa analisa como suas experiências revelam a articulação entre escolhas pessoais e poderes institucionais ao longo de sua vida. Os professores e doutores Karl Arenz e Rafael Chambouleyron assinam o artigo intitulado *‘Vem, vem logo, paxê’: indígenas amazônicos e o Santo Ofício no final do século XVII*. O texto analisa as práticas mágico-terapêuticas de matriz xamânica denunciadas ao Santo Ofício no Maranhão e Grão-Pará no final do século XVII. Destaca-se a consciência dos indígenas sobre o interesse que seus rituais despertavam e o incômodo que causavam entre autoridades religiosas. A partir da noção de “encontros-choque” entre o catolicismo barroco e o xamanismo amazônico, o estudo examina como essas práticas foram amplamente difundidas, apropriadas e ressignificadas em contextos de intensa interação entre diferentes grupos sociais.